

**FILHA DA MARQUESINHA DE LA SIERPE:
O CASO AÍDA CURI E A MÍDIA IMPRESSA DO FINAL DOS ANOS 1950**

Micheliny Verunsch¹

Resumo: O assassinato da jovem Aída Curi no Rio de Janeiro, no final dos anos 1950, ganhou destaque na imprensa da época que, por meio de reportagens, artigos e fotonovelas, se empenhou numa espécie de santificação da personagem, agregando sua figura à da santa católica italiana Maria Goretti. Fundamentado em teóricos como Jesús Martín-Barbero, René Girard e Marlyse Meyer, este artigo analisa a “indústria de narrativas”, as relações entre potencial de sacrificialidade, assassinato e consagração e, ainda, aspectos de folhetinização da vida, delimitando o papel e alcance da mídia na instituição de devoções populares não canônicas.

Palavras-chave: Comunicação; Devoção Popular; Prática do Sagrado; Cultura Mista; Jornal Impresso.

Abstract: The murder of young Aída Curi in Rio de Janeiro, in late 1950s, became a highlight in the press. News, articles and even photo soap triggered up a process of sanctification of her character adding her image to that of Italian catholic saint Maria Goretti. Based on authors such as Jesús Martín-Barbero, René Girard and Marlyse Meyer, this article explores the “narrative industry”, the relationship between potential and sacrifice, murder and consecration and, in addition, aspects of fictional construction around life, observing the role and the reach of the media while instituting non-canonical popular devotion.

Keywords: Communication, Popular Devotion, Practice of Sacred, Mixed Culture, Newspaper.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1958, na esquina da Rua Miguel Lemos com a Avenida Atlântica, em Copacabana, em frente ao prédio de número 3388, uma moça jaz morta perante uma aglomeração de olhos. Chama-se Aída Curi e há pouco mais de sete meses havia deixado o colégio de freiras para auxiliar a mãe nos serviços domésticos, enquanto se preparava para um concurso. Nas imediações daquela mesma Miguel Lemos estudava inglês e datilografia e, na tarde daquele dia, ao voltar da escola Remington, foi assassinada. Abordada por um rapaz com quem estabelece mais ou menos longa conversação, tem sua caixa de óculos furtada,

¹Escritora, Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e Mestre em Literatura e Crítica Literária, também pela PUC-SP. (verunsch@gmail.com).

sendo por meio desse expediente atraída ao prédio de número 3388, o Edifício Rio Nobre. Rendida pelo mesmo indivíduo e por dois cúmplices, é arrastada ao apartamento 1201, em reforma, onde é espancada e vítima de tentativa de estupro. Caindo desmaiada, é atirada do alto do décimo segundo andar. Eram exatamente 20 horas e 56 minutos quando o corpo tocou o chão.



Recorte de jornal que circulou à época da morte de Aída Curi

Esta é a versão mais conhecida do que ocorreu naquela tarde. Durante o inquérito instaurado para investigar o crime, muitas outras versões, desde aquelas que colocavam a vítima como uma moça em busca de aventura amorosa até as que levantavam a hipótese do suicídio, se sobrepuseram umas às outras, com testemunhos e falsos testemunhos nublando a clareza dos fatos.

O “caso Aída Curi”, assassinada aos 18 anos pelo *playboy* Ronaldo Guilherme de Souza Castro, pelo menor de idade Cássio Murilo Ferreira da Silva e pelo porteiro do prédio, Antonio João de Souza, receberia de imediato a atenção da imprensa, primeiro por conta da paisagem social – um dos bairros mais elegantes da cidade do Rio de Janeiro; segundo, porque dois dos assassinos eram provenientes da classe média alta; e, finalmente, pela associação do crime ao fenômeno da juventude transviada que, ao transpor das telas

de cinema para as cidades um padrão de comportamento de uma juventude inquieta e não alinhada aos códigos morais vigentes, atraía não apenas antipatias mas até mesmo perseguições policiais a quem se vestisse ou aparentasse seguir a moda dos ídolos jovens de Hollywood no final dos anos 1950.

A revista semanal *O Cruzeiro* ofereceu ampla e sensacionalista cobertura ao caso, primeiro na figura do repórter Arlindo José e depois por meio do jornalista David Nasser que, militando apaixonadamente em favor da vítima, acabou por escrever talvez as páginas de jornalismo mais pessoais, passionais e virulentas da história da mídia impressa brasileira no século XX. Em reportagem de 2 de abril de 1960, intitulada “O júri oficializou a curra”, o jornalista se refere a um dos acusados como “tarado currador, asqueroso e monstro cínico”.

Em seus muitos textos a respeito do crime, Nasser atualiza a rede de personagens que compõem o drama: *O Traidor*, na pele do assassino Ronaldo Guilherme (e multiplicado nos demais cúmplices); *a Vítima*, que assume o papel da inocência e da virtude, a própria Aída Curi; *o Justiceiro*, ele mesmo, Nasser, no protagonismo. Segundo Jesús Martín-Barbero, *o Traidor* personifica o mal, o vício, a sedução: “Ao encarnar as paixões agressoras o Traidor é o personagem do terrível, o que produz medo, cuja simples presença suspende a respiração dos espectadores” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 164). *A Vítima*, necessitada de guarida, encontra no *Justiceiro* a proteção de que carece, e a dignidade perdida é finalmente restaurada pela ação desse herói salvador. Se nas primeiras reportagens sobre o caso a vítima é proposta como moça imprudente, que aceita o convite de um rapaz a quem mal conhecia para supostas aulas de inglês, logo em seguida esta representação dá lugar a uma outra, da jovem pura, ciosa de sua castidade, representação perfeita da *Vítima*. A partir da exposição da sua procedência familiar, uma família católica nos moldes tradicionais, e da revelação de trechos do seu diário, Aída passa a ser narrada como uma adolescente cristã casta, inspirada em modelos de virtude e heroísmo do santoral católico. Uma jovem mártir que não apenas se opõe ao assédio dos seus carrascos, mas que surge como antagonista por excelência da inversão de valores representada pela juventude transviada. Uma das anotações retiradas das páginas do seu diário é amplamente divulgada como revelação e sinal de predestinação: “Maria, ajudai-me a amar sempre a

Jesus e antes morrer do que pecar”². A frase é atribuída a Santa Maria Goretti pelo monsenhor Maurício Curi, irmão de Aída:

Maria Goretti habitava a aldeia italiana de Ferrieri di Conca. Um dia viu-se atacada por Alexandre Serenelli, jovem de vinte anos que trabalhava com a família Goretti. Tomado de paixão violenta pela menina de apenas 12 anos, Alexandre tentou desonrá-la. Maria resistiu lutando. Pela última vez diz-lhe Alexandre: Cede ou morrerás. E a pequena heroína responde-lhe: Antes morrer que pecar! (CURI, 1978, p. 61)

Tomando a devoção de Aída Curi à Santa Maria Goretti como emblema, a imprensa passa a empreender uma cruzada cujo objetivo não será outro senão, a pretexto de justiça, o da santificação da vítima. Assim, não parece ser por acaso que, três meses após o crime, circule em edições consecutivas³ da revista *O Cruzeiro* o relato integral de Alexandre Serenelli, assassino confesso de Maria Goretti. Sob a manchete “Eu matei uma santa”⁴, Serenelli narra o crime, as últimas horas de vida da sua vítima, as palavras de perdão que esta haveria proferido a ele, o agressor, e, ainda, os anos de prisão, o arrependimento e a própria conversão. Serenelli, abrigado entre os monges capuchinhos, será peça principal no processo de canonização de Maria Goretti. Dom Helder Câmara, em 1958, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, se pronunciará a respeito do crime que vitimou Aída Curi: “Comove-me pensar que em nossa cidade, em plena Copacabana, no nosso século, nos nossos dias, tenha surgido uma irmã de Maria Goretti”. E, responde à questão formulada pela imprensa: “É certo ou errado, absurdo ou cabível aproximar o nome de Aída Curi ao de Maria Goretti?”

Parece-me pelas razões que apresentarei a seguir, que é perfeitamente possível a aproximação dos dois nomes. Não se trata, é claro, de proclamar a identidade das duas figuras, das duas vidas e das duas mortes. Ainda menos de proclamar a santidade de Aída, quando se sabe que a canonização é processo privativo da Santa Sé. Mesmo admitindo que no caso da estudante brasileira tenha havido imprudências (e em que medida existiram não é fácil apurar: fácil é acusar quem já não se pode defender), é indiscutível e se tornará cada vez mais patente que não vacilou em perder a vida (ou em linguagem cristã: ganhá-la!) para salvar sua virtude. (CURI, 1978, p. 85)

No entanto, para um bom entendedor meia palavra faz um santo e é possível depreender, por meio de relatos da época, a aura de santidade imputada à jovem assassinada. Muito embora o bispo advertisse pela não identificação das duas personagens, era exatamente esse o movimento empreendido e encabeçado por alguns setores da

² Anotação feita em diário no dia 31 de maio de 1956.

³ As edições de 22 e 29 de novembro e 6 de dezembro de 1958.

⁴ Perceba-se a correlação com a manchete da revista Istoé citada anteriormente.

imprensa. Mas as aproximações não residiriam apenas no que diz respeito à biografia moral das duas garotas. No caso de Maria Goretti, revistas, folhetins e outras publicações consideradas perniciosas (e que teriam sido presenteadas ao assassino pelo seu pai) cumprem um papel de destaque no desenrolar do drama. Diz Serenelli, em sua narrativa:

Meu pai procurava agradar-me. Eu lia tudo: livros religiosos, educativos, romances profanos, revistas, jornais, sem seleção nenhuma devorava o que encontrava. Disse alguém que o meu quarto estava atapetado de figuras pornográficas. Isso não é verdade. Eu tinha recortado cenas cômicas da “Tribuna Ilustrada” e as dependuradas na parede, mas eram quadros morais! A vida de “solitário no pântano” aborrecia-me. Procurava, pois, distração na leitura. Lia e relia demoradamente durante as eternas noites de inverno. Talvez as leituras tivessem influido em minha conduta. Mas a causa principal atribuo-a à falta absoluta de uma educação, ou melhor, de (*sic*) uma educação má. (O Cruzeiro, 22/11/1958, p.108)

Serenelli responde aí à imprensa que deu cobertura ao caso e aos biógrafos da jovem santa. Do mesmo modo que Madame Bovary tem no folhetim romântico do século XIX o cúmplice perfeito para o adultério, Serenelli tem em suas leituras um co-autor para o seu crime:

Como então chegou a manchar-se com tão horrível crime? A resposta deve ser encontrada nas perniciosas leituras que lhe fomentavam os vícios contraídos entre os maus companheiros. Aos vinte anos Alexandre saciava sua curiosidade com os crimes policiais das folhas diárias e com revistas ilustradas, geralmente pornográficas [...] Proclamavam-se publicações “independentes da escravidão da moral católica” e da “opressão dos padres fanáticos” que desejavam manter a “ignorância das massas”. Seus redatores alardeavam-se em paladinos da moral leiga, da cultura e do progresso e não se pejavam de conculcar, em nome da liberdade, a mais sagrada de todas: a liberdade de consciência. (COLOMBO, 1949: 59-60)

No caso de Aída Curi, essa co-autoria é transferida, como já se disse, para a juventude transviada, que chegava ao Brasil por meio dos filmes de Hollywood. Motos, lambretas, casacos de couro, cabelos ao estilo James Dean, calças jeans, eram os signos de adesão dessa juventude rebelde mediada pelo cinema norte-americano. Quatro dias apenas após a morte de Aída Curi, na edição de 19 de julho de 1958 do Jornal do Brasil, alertava-se: “Que o episódio sirva de lição a outras adolescentes desta geração insensata e fútil, desta juventude cinematográfica... e cada vez mais pobre de sentimentos e dignidade”. Inicia-se assim, sobretudo nas capitais brasileiras, uma verdadeira caça aos rebeldes e selvagens da motocicleta, com batidas policiais, apreensões de menores e toda a sorte de perseguições. No Rio de Janeiro as arbitrariedades já se intensificavam tanto um mês após

a morte de Aída que, em coluna assinada exatamente no mesmo Jornal do Brasil, Nelson Carneiro advertia:

Passamos a enxergar em todo rapaz um transviado. Se ele possui uma lambreta ou motocicleta não há outra coisa a fazer senão prendê-lo. Ali está um criminoso futuro. Vá alguém insurgir-se contra o abuso dessa generalização e logo será equiparado aos malfeitores. Estamos julgando uma geração inteira por um punhado de rapazes, mil, dois mil, cinco mil que sejam, se forem tantos os desviados. Estamos tomando a exceção como regra geral. O exagero põe sob suspeita dezenas, centenas de milhares de moços. As batidas não visam impedir, com a indispensável discricção, que menores de vinte e um anos frequentem boates, bares, cabarés, todos os pontos onde as convocações do vício são mais numerosas. Tudo se faz com um luxo de publicidade, que acaba por prejudicar a muitos para acudir a poucos. (Jornal do Brasil, 14/08/1958, p. 3)

O “caso Aída Curi” é ainda emblemático por ser a mais longa reportagem seriada tanto da revista O Cruzeiro como do próprio jornalista David Nasser. Isso enquanto continua a render manchetes em outras publicações do gênero. De 1958 até meados dos anos 1960 a história de Aída é continuamente revisitada por Nasser. Para além das fotorreportagens, o jornalista utiliza-se também de sua coluna semanal como tribuna. Em artigo denominado *Resposta a um crápula – que faria você, leitor, se um cão raivoso lhe mordesse a perna?*, publicado em 2 de abril de 1960, o articulista dirige-se ao advogado Wilson Lopes dos Santos, defensor do réu Ronaldo Guilherme, com adjetivos injuriantes como “equestre, patife, ordinário e ladrão de galinhas”. Nasser finaliza seu texto com uma quadra: “Wilson Lopes dos Santos,/ isto eu afirmo e não brinco:/ perto dele, até gambá/ é Chanel número cinco”. O jornalista ainda fará com que o tema extrapole os limites da revista seja pela publicação de um livro⁵ seja pela exaustiva exposição do assunto no programa que comandou na extinta TV Tupi, *Diário de um Repórter*. A abertura do programa era dada por um grito que, se supunha, fosse de uma mulher caindo.⁶

⁵ A *Tragédia de Aída Curi* (ou *Por uma Menina Morta*), publicado em 1966.

⁶ Ver <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/asp0711200199999.htm> (página consultada em 30/08/2012 às 23h55)



Capa da Revista Sétimo Céu com a Fotonovela sobre Aída Curi

Da fotonovela “jornalística”, para a fotonovela de fato, será um salto. Em 1961 a revista feminina Sétimo Céu publicará a fotonovela *Vida e Morte de Aída Curi*, cuja contracapa trará na íntegra reprodução de uma carta assinada pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Barros Câmara, ao advogado constituído pela família da vítima, na qual o prelado testemunha sobre o bom caráter e moral da moça. Outros elementos, como fotografias reais da mãe de Aída e do julgamento dos acusados, contribuirão para o diálogo cada vez mais profundo, e confuso, entre realidade e ficção. E mesmo o cinema repercutirá o “tema” Aída Curi. Em “O Bandido da Luz Vermelha” (1968), de Rogério Sganzerla, um corpo de mulher é atirado do alto de um edifício. Durante a queda, é dito: “Darcy Ruth Brasil, 23 anos, dona de casa, ex-balconista, ex-manicure, ex-parteira, ex-vestibulanda de Direito, a popular Gaúcha, também conhecida como Mara ou Sophia Loren”

Aída Curi, vítima sagrada

No ensaio *Sobre o sacrifício* (2005), Hubert e Mauss chamam atenção para as aproximações etimológicas entre as palavras sacrifício e consagração. Ambas pertencem ao universo do sagrado, e sagrado é todo tributo devido aos deuses, pago em sangue ou por algo que o valha. Quando um objeto, animal ou indivíduo é consagrado, ele sai da esfera profana para o domínio do divino. O sangue imolado é a moeda corrente a mediar as

relações entre deuses e humanidade e, no rito, dizem os autores, há uma irradiação do poder consagrador para a vítima, o sacrificante e o sacerdote. Sacrificante, nessa definição “é o sujeito que recolhe os benefícios do sacrifício”.

O poder do sangue sacrificial é devastador e extremamente arriscado, daí a necessidade de uma transformação geral que a todos proteja dos efeitos indesejados do poder que emana do ritual. O *Hércules Furioso*, de Eurípedes, como lembra René Girard (2008), narra justamente um episódio em que um rito sacrificial sai do controle e acaba em loucura e crime: o herói grego embriagado do poder do sangue acaba por assassinar a família. É daí que se estabelecem os rituais de purificação, as normas, interdições e tabus a serem observados.

O sacrifício é um ato religioso que só se pode efetuar num meio religioso e por intermédio de agentes essencialmente religiosos. Ora, antes da cerimônia, em geral, nem o sacrificante, nem o sacrificador, nem o lugar, nem os instrumentos, nem a vítima têm esse caráter no grau que convém. Assim, a primeira fase do sacrifício tem por objeto conferir-lhes esse caráter. Eles são profanos, e é preciso que mudem de estado. Para tanto são necessários ritos que os introduzam no mundo sagrado e ali os comprometam mais ou menos profundamente, conforme a importância do papel que desempenharão a seguir. (HUBERT; MAUSS, 2005, p. 26)

Os ritos sacrificiais são, pois, relacionados à necessidade de contenção da violência inata às sociedades humanas. Os limites entre crime e sacrifício são esgarçados, e o sacrifício se configura, então, como um mecanismo de contenção contra uma força indomesticável e selvagem o suficiente para pôr a perder toda a coletividade. É na fronteira mal demarcada entre assassinato e consagração que se dá a ler o episódio Aída Curi. Mas antes é interessante retornar ainda à Santa Maria Goretti e seu assassino, Alexandre Serenelli.

Chama atenção, na primeira parte do relato publicado na revista *O Cruzeiro*, uma foto de Serenelli com a seguinte legenda: *Este é Alexandre Serenelli, protagonista de uma tragédia que consumiu toda a sua longa vida: ele assassinou uma jovem que era santa.* Ora, Maria Goretti se santificou pelo martírio ou a sua santidade era anterior? Isso traz à baila a questão do sacrifício e da função sagrada da vítima. Girard expõe a ambivalência de forma direta: “É criminoso matar a vítima porque ela é sagrada... Mas a vítima não seria sagrada se não fosse morta” (op. cit., p. 11).



Imagem de Santa Maria Goreti

Tanto no caso Maria Goretti quanto no caso Aída Curi a ritualização do assassinato alça as vítimas a uma condição especial. Essa ritualização é dada *a posteriori* e é a narrativa jornalística quem a proclama efusivamente, sem que se possa saber, no entanto, se é um eco do clamor popular ou se o detonador deste. Todavia, por que exigem a santidade da vítima o jornal e os seus leitores? Não há uma conclusão fechada a respeito, mas se pode inferir que a sacrificialidade potencial das vítimas, determinada pelo seu valor moral e, sobretudo, espiritual, é agradável à própria sociedade, necessitada de ritos de apaziguamento. A vítima perfeita, diz Girard, se se pode conceituar esse estatuto, é sempre a mais bela, a mais dócil, a mais agradável e, aos olhos dos inúmeros deuses, a mais preciosa. A aberração conceitual deriva que nos casos das jovens citadas suas mortes são afirmações (ou confirmações) de algo para o qual já se destinavam. E, sem seguir o roteiro original do sacrifício, é preciso que um mecanismo de inversão o afirme e justifique. No universo cristão, é preciso que se nasça já cordeiro de Deus para que um crime transcenda a si mesmo e se torne imolação. No universo folhetinesco, é necessário a redenção da vítima. Girard postula que a sacralidade da violência não é definida pelos termos de culpabilidade ou inocência, mas, antes, por uma espécie de mecanismo regulador social que, santificando as vítimas não vingadas, não permita o desencadeamento de ondas de violência desenfreada:

O sacrifício tem aqui uma função real, e o problema da substituição coloca-se no nível de toda a comunidade. A vítima não substitui tal ou tal

indivíduo particularmente ameaçado e não é oferecida a tal ou tal indivíduo particularmente sanguinário. Ela simultaneamente substitui e é oferecida a todos os membros da sociedade, por todos os membros da sociedade. É a comunidade inteira que o sacrifício protege de *sua* própria violência, é a comunidade inteira que se encontra assim direcionada para vítimas exteriores. O sacrifício polariza os germens de desavença espalhados por toda parte, dissipando-os ao propor-lhes uma saciação parcial. (GIRARD, 1990, p. 19).

O filósofo se refere aos ritos de sacrifício praticados pelas comunidades Dinka e Ndembu, grupos étnicos do Sudão e da Zâmbia, respectivamente. E realça que “sociedades como as nossas”, o que pode ser traduzido certamente como sociedades alinhadas ao pensamento cartesiano centro-ocidental, dispensam e passam bem sem os ritos de sacrifício. No entanto, tomando como exemplo os casos aqui referidos, a resposta à uma violência demasiada nessa contemporaneidade fugidia pode se prefigurar em uma transfiguração da mesma num caráter supra-humano, que consagra a vítima e o próprio ato violento, que passa da vulgaridade criminosa ao status de martirização.

O assassinato de Aída tem, assim, por meio da imprensa, um caráter exortativo. Por um lado, as notícias advertem a respeito dos excessos da juventude delinquente e, ao circunscrever a ameaça nas páginas dos periódicos, procuram desvelar seus códigos, buscando alcançar mecanismos que possam proteger a sociedade currada, para usar uma palavra cara à época, e encurralada. Simultaneamente, a imagem da moça morta em defesa da virgindade é estandarte cuja função é o de impedir que surjam novas aídas, novas vítimas. Uma análise das páginas do Jornal do Brasil dá uma ideia da apologização do exemplo de Aída. Nos dias que se seguem ao assassinato, o caso ocupa ora as páginas policiais ora a página de artigos ou ambas. Nas páginas policiais, em geral, as notícias sobre o crime são antecedidas por um texto opinativo, não assinado. Na edição de 19 de julho de 1958 esse texto tem como título “Que o episódio sirva de lição”. Até então as suspeitas eram de que Aída teria seguido Ronaldo sob a promessa de ter aulas de inglês e ouvir música:

É certo que não deveria ter acompanhado um rapaz a quem via pela primeira vez. Mas teria nele confiado. Era afinal um rapazola como tantos outros colegas de escola, onde se permitem certas liberdades dentro dos limites da decência, do cavalheirismo. Longe estaria a pobre moça de supor naquela ocasião que lhe haviam preparado uma cilada funesta com a cumplicidade daquele rapazola, fingindo-se apenas um obsequiador, um amiguinho, como costumam admitir outras jovens desavisadas. (Jornal do Brasil, 19/07/1958, p.12)

Dias depois, o articulista Martins Alonso já coletiviza Aída de forma mais bem acabada, ampliando o crime de que foi vítima, pluralizando-o em outros de que não se tem testemunho. Em texto denominado “Criminosos protegidos”, o articulista dá um panorama dos crimes cometidos por jovens da classe média alta e do silêncio em torno deles, silêncio comprado pelo poder do dinheiro e da posição social, ao mesmo tempo em que esboça o caráter virtuoso da vítima:

Nesses crimes premeditados, que tem origem em fatos outras vezes praticados – e quem nos dirá que os últimos suicídios de jovens que se lançam de arranha-céus não terão o mesmo motivo – nesse crime somente não houve preocupação desde logo, foi com a identidade da vítima, aquela menina educada na casa religiosa que o saudoso Ramiz Galvão amparou e dirigiu tantos anos, aquela menina que se deixou enlear na trama de um grupo de anormais e quando se apercebeu da desgraça, resistiu, lutou e preferiu a morte à desonra. (Jornal do Brasil, 23/07/1958, p. 3)

Entretanto, do final dos anos 1950 até os dias de hoje, Aída Curi é evocada a cada novo crime que repercute elementos de sua história: Claudia Lessin Rodrigues, em 1977, atirada de um prédio às pedras da Avenida Niemeyer, no Rio de Janeiro; Mônica Granuzzo, em 1985, atirada de um prédio na região da Lagoa, Rio de Janeiro; Fernanda Lages, atirada do prédio em obras do Ministério Público Federal, em Teresina, Piauí, em 2011. Nesse último caso, é reveladora a manchete do *Jornal de Luzilândia*, do dia 11 de agosto de 2012: “As semelhanças do caso Fernanda Lages no Piauí com o caso Aída Curi no Rio de Janeiro”. Por um momento, no tempo sem tempo do jornal, os dois casos passam a ser contemporâneos de si mesmos. Desse modo, é possível ler Aída Curi como a vítima oferecida à sociedade (o sacrificante), por toda a sociedade. David Nasser, pelo protagonismo que sedentamente buscou e atingiu sensacionalisticamente tem, ainda que de modo simbólico, o sangue de Aída nas mãos, ele é seu sacerdote e, nas páginas diárias do seu trabalho jornalístico, celebra, mais que qualquer outro, e atualiza o sacrifício da moça.

Aída Curi, santa midiática?

Não parece ser por acaso que o fascínio da morte, sobretudo da morte trágica, exerça também um certo protagonismo, tanto nas páginas de jornais e revistas quanto no próprio imaginário coletivo, sobretudo na América barroca à qual o Brasil se afilia. Herdeira da simultaneidade dos tempos, essa América é a América da festa, do rito e, por que não?, do sacrifício. Se é verdade que o Ocidente se afastou dos mortos a partir do final

da Idade Média, descobrindo, em contrapartida, a morte⁷, é verdade também que no Brasil e demais países latino-americanos essa familiaridade nunca foi eficazmente rompida, seja na intimidade com que santos canônicos são tratados, recebendo mesmo apelidos carinhosos, seja na proliferação de cultos populares que transitam nos cemitérios, centros de umbanda e margens de rodovias. Ao estampar e dar relevo às narrativas trágicas da vida real, a mídia impressa por um lado dá vazão à sua vocação folhetinesca e, por outro, fabula e alimenta devoções. Um passeio por algumas manchetes de diferentes edições da revista O Cruzeiro aponta esse caráter fabulativo: *Eu amei um gângster* (06/06/1959), *Romeu e Julieta em palco de cemitério* (19/09/1959), *A Bela Adormecida do Paraná* (26/03/1960), *Fera da Penha: Tânia Maria agora é menina santa* (30/07/1960). Não apenas o cotidiano é ressignificado, mas o crime, a morte são fetichizados e amplamente festejados.



Reprodução do “santinho” de Aída Curi

Entretanto, é necessário que se apreenda o fenômeno não apenas como uma expressão de uma dominação hegemônica, cujo alvo é sobretudo mercadológico e se traduz numericamente em cifras e menos ainda como pura e simplesmente uma concessão a uma chamada expressão popular. Pelo contrário, a irrupção desses temas nos periódicos sugere a ambiguidade barroca nas quais a sociedade está imersa. É um processo circular, dialógico, conflituoso, como aponta Martín-Barbero:

De um lado está o popular como memória de outra economia, tanto política como simbólica, memória de outra matriz cultural amordaçada,

⁷ ver Michel Lauwers no verbete “Morte”, do Dicionário Temático do Ocidente Medieval.

negada, a qual emerge em práticas que têm lugar nas praças de mercado rural e urbano da América Latina, nos cemitérios, nas festas de pequenas cidades e de bairros etc. Em todas essas práticas é possível achar certas senhas de identidade mediante as quais se expressa, se faz visível, um discurso de resistência e de réplica ao discurso da burguesia. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 120)

Essas práticas, acrescente-se, imbricam-se entre as páginas impressas, dobram-se junto ao discurso zeloso pela moral e pelos bons costumes, relembram, ou atualizam o lugar da invenção, assim como manifestam que no espaço “urbano” do jornal, da revista, se sedimentam outros espaços e a hegemonia não passa de uma ilusão. Aída Curi é, assim, tornada não apenas um fenômeno midiático, mas principalmente um fenômeno comunicativo. E o que comunica Aída Curi para além do assassinato de que foi vítima? Aída Curi comunica algo sobre a violência contra a mulher no Brasil, na medida em que, sob sua efígie, se colam os rostos de outras moças e meninas vilipendiadas. Aída Curi comunica algo sobre a permanência de uma fé construída de forma associativa, cumulativa, acolhedora, íntima. Aída Curi (con)funde-se a Santa Maria Goretti, e Santa Maria Goretti funde-se a Aída Curi, não importando, de fato, o discurso oficial da Igreja Católica a respeito.



Detalhe de reportagem da revista O Cruzeiro, que reproduz o relato do assassino de Santa Maria Goretti, em 22/11/1959

Aída Curi comunica também um modo de fazer jornalismo que, a despeito do que se possa pensar, é ainda corrente, atual, talvez menos personalizado, mas com marcas evidentes da primeira pessoa. Apesar da comoção em torno do caso, pelo fato de repercutir por anos, e apesar do projeto santificador de sua figura por parte da mídia, Aída Curi, de fato, não tornou-se uma devoção popular, a exemplo de outros casos que receberam tratamento semelhante, como o de Tânia Maria, menina morta em 1960, no episódio conhecido como “Fera da Penha”. No caso Tânia Maria, por exemplo, o poeta popular evidencia marcadamente o papel midiático nesse processo:

Nos jornais todos os dias
se lê os acontecidos
dos milagres de Taninha
que são demais obtidos
pelos fiéis que nas preces
por Tânia são atendidos.
Eu que venho acompanhando
A notícia nos jornais
Como A Luta Democrática
É quem nos informa mais
Sobre os dramas de Taninha
Seus milagres Divinais. (SANTOS, 1960, p. 37)

O fato, porém, de Aída não se contornar como uma devoção popular completa, não invalida o processo de santificação midiática e tampouco significa o seu fracasso. O caso Aída Curi, passados tantos anos, é ainda a notícia “que mora no terceiro nicho do altar-mor, ao lado do Evangelho⁸”, e como tal, permanece sempre novo, presente.

Referências

Livros

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

COLOMBO, J. C. M. **Santa Maria Goretti, mártir da pureza**. Rio de Janeiro: Edições Paulinas, 1949.

CURI, Maurício. **Aída Curi, o preço foi a própria vida**. São Paulo: Editora Ave Maria, 1978.

⁸ Frase de abertura do livro “Do amor e outros demônios”, de Gabriel García Márquez.

GIRARD, René. **A Violência e o sagrado**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Do amor e outros demônios**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

Periódicos, revistas e outros

JORNAL DO BRASIL. 19 e 23 de julho e 14 de agosto de 1958.

JORNAL DE LUZILÂNDIA. 11 de agosto de 2012.

REVISTA O CRUZEIRO. 22 e 29 de novembro e 6 de dezembro de 1958; 6 de junho e 19 de setembro de 1959; 26 de março, 2 de abril e 30 de julho de 1960.

REVISTA SÉTIMO CÉU. Vida e morte de Aída Curi, s.d.

SANTOS, José João dos. **Novos milagres de Tânia**. Rio de Janeiro: A modinha popular, 1960.

Capítulos de livros

LAUWERS, Michel. Verbete Morte. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: Edusc, 2006. (volume II).